



**Relatório da Administração Exercício Social de 2011**

**Prezados Senhores,**  
 A persistência e a perseverança foram marcas registradas da gestão da Recrusul S/A e suas controladas durante o ano de 2011. Enfrentamos inúmeras adversidades quer sejam de ordem comercial, produção e/ou financeiras. Depois da retomada das atividades em maio de 2007, e o fortalecimento do foco estratégico da Recrusul S/A centrado em suas atividades em implementos rodoviários, tivemos a primeira queda de produção: 159 unidades produzidas em 2011 contra 371 unidades em 2010 – redução de 57%. Cabe salientar que a linha de mercado de implementos rodoviários que a Companhia é apta a produzir sofreu uma redução de 17% no total de unidades vendidas entre 2011 e 2010 (no ano de 2011 foram comercializadas 6,814 unidades de baús frigoríficos, silos para cimento, tanques de carbono, tanques de inox e alumínio enquanto que em 2010 havia sido comercializado 8,201 unidades). Este desalinhamento entre a queda da produção Recrusul S/A e a queda das unidades comercializadas no mercado de implementos foi amplamente debatida e informada durante o exercício de 2011, principalmente, devido a falta de capital de giro para manter a produção alinhada à demanda de mercado.

2011 adquiriram 6,814 unidades enquanto que no ano de 2010 haviam participado deste mercado com aquisições de 8,201 implementos. A queda de nosso mercado foi da ordem de 17% no ano de 2011.  
 Do faturamento bruto total, a área de implementos rodoviários respondeu por 87,3%, refrigeração industrial alcançou 5,0% e o restante foram receitas com assistência técnica tanto da área de implementos rodoviários quanto refrigeração industrial. Repetindo anos anteriores, a área de refrigeração industrial mostrou-se bastante aquém de suas potencialidades. O faturamento de R\$ 1,1 milhão compreende pequenas obras em frigoríficos e instalações industriais.  
 O setor de implementos rodoviários da linha pesada manteve-se praticamente estável em 2011 em relação ao ano anterior. Foram comercializadas no mercado doméstico um total de 59,441 unidades enquanto que no ano de 2010 haviam sido comercializadas 59,251 unidades – o crescimento foi modesto em 0,32%. É importante ressaltar que em diversos segmentos houve queda generalizada de comercialização e produção, citando como destaques: -23,0% em canavieiros; -44,0% no transporte de toras; -15,4% baús frigoríficos; -21,5% tanques carbono e -21,7% tanques inox, apresentando um mercado setorialmente restritivo a novas compras por parte deste tipo de transportador. Os destaques em crescimento foram as linhas de basculante com +18,3%; porta container com +26,7%; carrega tudo com +32,3% e produtos especiais com +24,8%.

significativamente o potencial de geração de faturamento para a Companhia. Com este movimento de cancelamentos iniciado nos primeiros meses de 2011, a administração da Companhia tomou rápidas e energéticas decisões para reduzir significativamente o custo fixo operacional: i) reduzimos o número de funcionário de chão de fábrica de 262 em dezembro de 2010 para 154 colaboradores em dezembro de 2011: esta decisão levou à Companhia uma economia de aproximadamente R\$ 3,2 milhões ao ano e, ii) redução das despesas administrativas de R\$ 6,1 milhões em 2010 para R\$ 4,4 milhões em 2011: economia anual de R\$ 1,7 milhão.

Entretanto, do ponto de vista interno, procuramos readequar fortemente nossa linha de produção tornando-a mais eficiente e produtiva. Havíamos encerrado o ano de 2010 com 262 funcionários e encerramos o ano de 2011 com 154 colaboradores. É importante ressaltar que nossa capacidade de produção continua muito próxima ao do ano de 2010 e, portanto, as melhorias na gestão industrial são extremamente visíveis e adequadas para alcançarmos resultados operacionais expressivos desde que irriguemos a operação com o capital de giro necessário. Avançamos fortemente na gestão de tecnologia da empresa, obtendo respostas imediatas à nossas demandas de planejamento e controle da produção alinhada a competitivos custos de aquisição de matérias-primas. Ainda, neste ano de 2012 iremos nos aprofundar na busca incessante de preços de toda a linha de componentes de implementos rodoviários que nos permitam ter preços de venda competitivos e assim ganhar concorrências importantes perante nosso mercado de atuação.

A Recrusul S/A além de produzir semirreboques, é importante produtora de carroceria frigorífica sobre chassis que enquadra-se como linha leve. Neste segmento de mercado, considerando todas as linhas de produtos, o total de implementos comercializados no Brasil em 2011 atingiu a marca de 131,384 mil unidades enquanto que em 2010 haviam sido comercializadas 111,031 mil unidades – crescimento de 18,3%. Este crescimento explica-se pelo fato do produto da linha leve possuir um preço de comercialização bastante inferior ao da linha pesada, obras de infra-estrutura em diversas localidades no país que exigem implementos leves para curtas distâncias e ainda um maior investimento dos transportadores na distribuição de produtos nos grandes centros consumidores tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e principais capitais do nordeste brasileiro.

As despesas administrativas e com vendas atingiram R\$ 6,5 milhões em 2011 contra R\$ 8,2 milhões realizado em 2010 – redução de 21,1%. O resultado financeiro líquido de R\$ 11,8 milhões foi 34,2% superior aos R\$ 8,8 milhões apresentados em 2010, basicamente influenciado pela contabilização de multa e juros de passivos tributários correntes (conforme nota explicativa 20). As demais rubricas das despesas financeiras tais como: correção do Plano de Recuperação Judicial, cobrança Parcelamento Lei 11.941 e de Juros com Capital de Giro praticamente mantiveram-se em linha com o apresentado em 2010.

Apesar de todos nossos esforços não foi possível obter resultado positivo em 2011 e acabamos apresentando prejuízo líquido consolidado R\$ 33,2 milhões, embora seja primordialmente originado de despesas não-recorrentes tais como: i) descarte de estoques obsoletos – R\$ 5,2 milhões; ii) despesas de multas e juros na consolidação da Lei 11.941 – R\$ 2,6 milhões; iii) Ociosidade fabril – R\$ 4,3 milhões; iv) reversão de deságio com impostos estaduais – R\$ 2,9 milhões e v) provisões trabalhistas e cíveis – R\$ 5,2 milhões. Estas rubricas de Outras Despesas Operacionais (como citado na nota explicativa 19) foi uma decisão da companhia em dar cada vez mais transparência e continuar "limpando" as demonstrações financeiras da Recrusul S/A e de suas controladas. Este montante de ajustes operacionais resultou em R\$ 20,2 milhões – o que representou 61% do prejuízo consolidado de 2011. O resultado financeiro líquido contribuiu com R\$ 11,7 milhões e por último, o prejuízo das operações sem levar em conta a ociosidade atingiu R\$ 1,5 milhões do desempenho consolidado da operação.

**Tabela 1 - Vendas Recrusul de Implementos Rodoviários**

	2007	2008	2009	2010	2011
	507	180	301	371	159

O setor de refrigeração industrial respondeu por 5,0% do total de receitas da Recrusul S/A. Com nosso maior foco de atuação na área de implementos rodoviários, as operações comerciais da área de refrigeração são tradicionais clientes do setor de carnes e laticínios, principalmente frango e leite. Nos últimos anos as empresas que atendem a este setor especializaram-se em algumas linhas no setor de refrigeração podendo apresentar uma estrutura operacional enxuta e centrada nos próprios empreendedores de metalúrgicas de porte pequeno e médio. Estimamos que o mercado brasileiro de refrigeração industrial movimente algo próximo aos R\$ 350,0 milhões a R\$ 400,0 milhões/ano.

**Análise Financeira – Endividamento**

O endividamento total consolidado da Recrusul S/A e de suas controladas encerrou o ano de 2011 em R\$ 104,2 milhões, divididos da seguinte forma: i) Recuperação Judicial: R\$ 21,5 milhões; ii) Débitos Tributários: R\$ 74,1 milhões; e iii) Empréstimos e Financiamentos: R\$ 8,6 milhões. O custo da Recuperação Judicial é de 6% a.a. e temos mais 4 (quatro) parcelas a pagar vincendas sempre em dezembro de cada ano. Os passivos tributários são corrigidos pela taxa SELIC e a maior parte destes, aproximadamente R\$ 46,6 milhões, são parcelamentos oriundos da Lei 11.941. O endividamento com instituições financeiras de aproximadamente R\$ 8,6 milhões são operações para capital de giro ao custo médio de CDI + 0,8% a.m. a CDI + 1,2% a.m. vencíveis primordialmente nos próximos 12 meses.

**Mercado de Capitais/Aumento de Capital**

As ações preferenciais da empresa estiveram presentes na maior parte dos pregões da Bovespa durante o ano de 2011. O valor de mercado que em dezembro de 2010 estava avaliado em R\$ 55,8 milhões atingiu ao final do ano de 2011 o montante de R\$ 26,6 milhões. Nossas ações preferenciais em 2011 (as de maior liquidez em Bolsa), sofreram desvalorização de 68,2% enquanto que o Ibovespa apresentou desvalorização de 18,1%. Como evento subsequente, a RCA de 03/02/2012 autorizou novo aumento de capital no valor de R\$ 14,8 milhões e que deverá estar concluído durante o mês de abril de 2012 elevando o Capital Social para R\$ 60,0 milhões. Os recursos aportados através desta subscrição estão sendo destinados, primordialmente, para pagamento de passivos da Recuperação Judicial (Nota Explicativa 13), passivos onerosos de curto prazo, impostos e capital de giro com o intuito de aumentar a produção, nos próximos meses, para fazer frente a nossa carteira de pedidos.

Nosso desafio para o ano de 2012 é abastecer as operações com o capital de giro adequado ao crescimento dos negócios que, juntamente, com uma melhor gestão dos custos e despesas poderá nos levar a obter melhores resultados do que o já apresentado até o momento. Com isto, um dos principais objetivos da Recrusul S/A e de suas controladas que é a geração de valor a todos os acionistas estará sendo construída ao longo dos próximos meses e anos vindouros.

**Análise Econômica – Receitas e Despesas Consolidadas**

Da receita líquida de R\$ 8,7 milhões, aproximadamente R\$ 7,1 milhões advieram da área de implementos rodoviários e os demais R\$ 1,6 milhões da área de refrigeração industrial e assistência técnica. A redução das receitas líquidas entre 2011 e 2010 foram da ordem de 74,2% cujos principais motivos foram:  
 • Estrutura fabril adequada para produzir 70 unidades de implementos/mês;  
 • Falta de capital de giro leva as operações a apresentarem elevada ociosidade – R\$ 4,3 milhões em 2011;  
 Com custos fixos elevados e reduzida disponibilidade de capital de giro houve queda nos pedidos e atraso nas entregas de produtos já contratados.  
 Este ciclo virtuoso fez com que diversos clientes solicitassem o cancelamento de seus pedidos de compra devido a dilatação de prazos de entregas o que acabou reduzindo

**Capital Humano/Gestão de Pessoas**

Encerramos o ano de 2011 com 154 funcionários – uma redução de 41,2% em relação ao final de 2010 (262 funcionários). Entretanto nosso faturamento médio por funcionário que em 2010 havia sido de R\$ 129 mil passou para R\$ 56 mil em 2011 apresentando uma redução de 56,6%. Parte desta redução deveu-se ao processo de contração das vendas e faturamento e parte foi oriundo da constante busca de melhorias em processos, qualificação da mão-de-obra, investimentos em automação fabril e melhor treinamento interno. Continuaremos ao longo de 2012 a buscar aumento de produtividade e eficiência fabril.

**Relacionamento com Auditores Independentes**

Em conformidade com a Instrução CVM no. 381 informamos que os auditores independentes da Companhia, não prestaram durante o exercício de 2011 e 2010 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

**Agradecimentos,**

A Diretoria e Conselho de Administração

**BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE (em milhares de reais)**

ATIVO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		PASSIVO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2011	2010	2011	2010			2011	2010		
<b>CIRCULANTE</b> .....		<b>18.491</b>	<b>33.154</b>	<b>20.740</b>	<b>34.354</b>	<b>CIRCULANTE</b> .....		<b>49.340</b>	<b>31.976</b>	<b>57.646</b>	<b>37.777</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa .....		1	3.099	1	3.106	Fornecedores .....	10	5.910	5.468	6.497	5.494
Clientes .....	4	867	5.749	1.432	5.757	Instituições Financeiras .....	11	7.565	8.656	7.565	8.656
Estoque .....	5	13.384	17.853	13.989	18.465	Impostos e Contribuições a Recolher .....	12	18.701	8.568	22.685	10.732
Impostos a Recuperar .....	6	1.085	2.453	1.448	2.807	Adiantamento de Clientes .....		3.261	773	3.286	798
Títulos a Receber .....		1.917	1.810	2.504	1.810	Débitos Trabalhistas/Cíveis .....	13	2.035	1.681	2.269	1.762
Adiantamentos a Fornecedores .....		1.218	1.304	1.347	1.427	Credores Plano de Recuperação .....	14	5.204	3.625	5.924	4.237
Outras Contas .....		19	886	19	982	Honorários Administradores .....	13	475	183	751	459
						Parcelamento Lei 11.941 .....	12	2.898	1.783	5.312	3.910
						Parcelamento ICMS .....			423	4	632
						Outras Contas .....		3.291	816	3.353	1.037
<b>NÃO CIRCULANTE</b> .....		<b>62.929</b>	<b>63.097</b>	<b>56.475</b>	<b>57.093</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b> .....		<b>40.899</b>	<b>39.610</b>	<b>67.304</b>	<b>68.284</b>
Realizável A Longo Prazo .....		22.177	21.493	20.813	20.942	Instituições Financeiras .....	11	1.015	458	1.015	458
Impostos a Recuperar .....	6	17.493	17.358	17.493	17.358	Credores Plano de Recuperação .....	13	14.213	14.858	15.548	16.156
Créditos em Controladas .....	7	1.658	844	-	-	Débito de Controladas .....	7	23	491	-	-
Depósitos Judiciais .....		2.261	2.102	2.528	2.369	Impostos e Contribuições a Recolher .....	12	2.595	1.967	2.595	1.967
Outras Contas .....		765	1.189	792	1.215	Parcelamento Lei 11.941 .....	14	17.324	14.441	41.285	40.117
						Parcelamento ICMS .....	12	-	3.805	9	4.825
Investimentos .....	8	10.684	11.048	210	210	Provisão p/ IRPJ e CSLL sobre Adoção das IFRS .....		3.395	3.519	4.518	4.643
Imobilizado .....	9	29.893	30.336	35.277	35.721	Provisão para Contingências .....		821	-	821	-
Intangível .....	9	175	220	175	220	Outras Contas .....		1.513	121	1.513	118
<b>TOTAL DO ATIVO</b> .....		<b>81.420</b>	<b>96.251</b>	<b>77.215</b>	<b>91.447</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> .....	22	<b>(8.819)</b>	<b>24.615</b>	<b>(47.735)</b>	<b>(14.614)</b>
						Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores .....		<b>(8.819)</b>	<b>24.615</b>	<b>(47.763)</b>	<b>(14.638)</b>
						Capital Social .....	15	45.139	33.139	45.139	33.139
						Reservas de Capital .....		543	543	543	543
						Adiantamento p/Aumento de Capital .....		-	12.000	-	12.000
						Ajuste Avaliação Patrimonial .....		8.766	9.008	8.809	9.050
						Prejuízos Acumulados .....		(63.267)	(30.075)	(102.254)	(69.370)
						Participação de Acionistas Não Controladores .....		-	-	28	24
						<b>TOTAL DO PASSIVO</b> .....		<b>81.420</b>	<b>96.251</b>	<b>77.215</b>	<b>91.447</b>

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE (em milhares de reais)**

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2011	2010	2011	2010
<b>RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS</b> .....		<b>14.552</b>	<b>47.066</b>	<b>14.552</b>	<b>47.072</b>
Impostos e Devoluções .....		(5.867)	(13.402)	(5.867)	(13.404)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b> .....		<b>8.685</b>	<b>33.664</b>	<b>8.685</b>	<b>33.668</b>
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos .....	18	(7.226)	(25.670)	(7.226)	(25.670)
<b>LUCRO BRUTO</b> .....		<b>1.459</b>	<b>7.994</b>	<b>1.459</b>	<b>7.998</b>
<b>DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS</b> .....		<b>(26.345)</b>	<b>(4.330)</b>	<b>(22.967)</b>	<b>(4.348)</b>
Despesas c/Vendas .....	18	(2.074)	(2.136)	(2.074)	(2.136)
Despesas Administrativas .....	18	(3.465)	(5.026)	(3.471)	(5.218)
Honorários dos Administradores .....	18	(928)	(1.079)	(928)	(1.103)
Resultado da Equivalência Patrimonial .....	8	(363)	(32)	-	-
Outras Receitas Operacionais .....	18	65	5.909	3.624	8.055
Outras Despesas Operacionais .....	20	(19.580)	(1.966)	(20.118)	(3.946)
<b>RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b> .....		<b>(24.886)</b>	<b>3.664</b>	<b>(21.508)</b>	<b>3.650</b>
Receitas Financeiras .....	19	306	304	365	1.772
Despesas Financeiras .....	19	(8.977)	(7.944)	(12.105)	(10.522)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b> .....		<b>(8.671)</b>	<b>(7.640)</b>	<b>(11.740)</b>	<b>(8.750)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b> .....		<b>(33.557)</b>	<b>(3.976)</b>	<b>(33.248)</b>	<b>(5.100)</b>
Diferido .....		-	(1.394)	-	(1.394)
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b> .....	22	<b>(33.557)</b>	<b>(5.370)</b>	<b>(33.248)</b>	<b>(6.494)</b>
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À</b>					
Participação dos Acionistas Não Controladores .....		-	-	(6)	(2)
Participação dos Acionistas Controladores .....		-	-	(33.242)	(6.492)
<b>TOTAL DAS PARTICIPAÇÕES NO PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>				<b>(33.248)</b>	<b>(6.494)</b>
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária - R\$ .....	23	(1.4609)	(0,2914)	(1,4609)	(0,2914)
Prejuízo básico e diluído por ação preferencial - R\$ .....	23	(0,8197)	(0,1635)	(0,8197)	(0,1635)

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE (em milhares de reais)**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
<b>RECEITAS</b> .....	<b>11.262</b>	<b>46.355</b>	<b>11.320</b>	<b>50.508</b>
Vendas de Produtos e Serviços .....	10.942	42.446	10.942	42.451
Outras Receitas .....	320	5.909	378	8.057
<b>IMPOSTOS ADICIONADOS DE TERCEIROS</b> .....	<b>(5.034)</b>	<b>(25.938)</b>	<b>(5.034)</b>	<b>(22.939)</b>
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos .....	(3.988)	(15.515)	(3.988)	(15.515)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros .....	(1.046)	(6.252)	(1.046)	(6.255)
Perdas e Recuperações Valores Ativos .....	(1.120)	-	(1.120)	-
Outras .....	(49)	-	(49)	-
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b> .....	<b>6.228</b>	<b>25.419</b>	<b>6.286</b>	<b>27.569</b>
<b>RETENÇÕES</b> .....	<b>(552)</b>	<b>(427)</b>	<b>(552)</b>	<b>(427)</b>
Depreciação, Amortização e Exaustão .....	(552)	(427)	(552)	(427)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b> .....	<b>5.676</b>	<b>24.992</b>	<b>5.734</b>	<b>27.142</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b> .....	<b>(363)</b>	<b>272</b>	<b>-</b>	<b>1.772</b>
Resultado da Equivalência Patrimonial .....	(363)	(32)	-	-
Receitas Financeiras .....	-	304	-	1.772
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b> .....	<b>5.313</b>	<b>25.264</b>	<b>5.734</b>	<b>28.914</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b> .....	<b>5.313</b>	<b>25.264</b>	<b>5.734</b>	<b>28.914</b>
<b>Pessoal</b> .....	<b>10.508</b>	<b>8.903</b>	<b>10.879</b>	<b>11.013</b>
Remuneração Direta .....	9.948	8.105	10.264	9.979
Benefícios .....	162	290	179	322
FGTS .....	398	508	436	712
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b> .....	<b>3.917</b>	<b>13.591</b>	<b>3.992</b>	<b>13.593</b>
Federais .....	2.807	9		

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE**  
 (em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Prejuízo Líquido Do Exercício .....	(33.557)	(5.370)	(33.248)	(6.494)
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>				
Depreciação e amortização .....	552	427	552	427
Equivalência Patrimonial .....	363	32	-	-
Reversão de Provisões .....	-	1	-	1
Resultado Na Venda de Ativo Imobilizado e Intangível .....	28	14	28	14
Baixa de Investimentos .....	-	-	-	8
Provisão para Contingências .....	821	-	821	-
Participação dos Não Controladores .....	-	-	6	2
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Varição Clientes .....	4.882	4.039	4.325	4.695
Varição Estoques .....	4.469	(4.321)	4.476	(3.085)
Varição Impostos a Recuperar .....	1.233	1.047	1.224	947
Varição Títulos a Receber .....	(107)	(1.477)	(694)	(1.477)
Varição Adiantamentos a Fornecedores .....	86	215	80	215
Varição Outras Contas .....	1.291	(248)	1.386	(610)
Varição Depósitos Judiciais .....	(159)	529	(159)	529
Varição Fornecedores .....	442	(624)	1.003	(1.177)
Varição Impostos e Contribuições a Recolher .....	10.761	(1.751)	12.580	(2.102)
Varição Adiantamento de Clientes .....	2.488	(1.460)	2.488	(1.459)
Varição Débitos por Produtos a Entregar .....	-	(78)	-	(78)
Varição Créditos Trabalhistas/Cíveis .....	354	(804)	506	(763)
Varição Honorários Administradores .....	292	(111)	292	(60)
Varição Parcelamento Lei 11.941 .....	3.998	(624)	2.570	(96)
Varição Parcelamento ICMS .....	(4.228)	4.228	(5.445)	5.159
Varição Outras Contas .....	3.867	655	3.651	809
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(2.124)</b>	<b>(5.681)</b>	<b>(3.558)</b>	<b>(4.595)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisição de ativo intangível .....	(92)	(953)	(92)	(953)
Aquisição de ativo intangível .....	(6)	-	(6)	-
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos</b>	<b>(92)</b>	<b>(959)</b>	<b>(92)</b>	<b>(959)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Adiantamento p/Aumento de Capital .....	-	12.000	-	12.000
Varição Instituições Financeiras .....	(534)	893	(534)	893
Varição Credores Plano de Recuperação .....	934	(4.171)	1.079	(6.089)
Varição Débito de Controladas .....	(1.282)	(505)	-	-
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>(882)</b>	<b>8.217</b>	<b>545</b>	<b>6.804</b>
<b>Aumento de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(3.098)</b>	<b>1.577</b>	<b>(3.105)</b>	<b>1.250</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa .....	3.099	1.522	3.106	1.856
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa .....	1	3.099	1	3.106

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**  
 (em milhares de reais)

**NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia e suas controladas têm por objeto social o desenvolvimento e execução de projetos de engenharia; projeto, desenvolvimento, fabricação, montagem, assistência técnica e comércio, no mercado nacional, exportação e importação e todas as formas, de componentes e equipamentos para refrigeração, transporte, armazenagem, tratamento e condicionamento de ar e construção civil; representação de outras sociedades nacionais e estrangeiras e participação no capital de outras sociedades.

**NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício de 31 de dezembro de 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

O Conselho de Administração autorizou a conclusão das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2011, em 26 de março de 2012.

**NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS**
**3.1 Base de Preparação**
**3.1.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas**

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

**3.1.2 Demonstrações Contábeis Individuais**

As Demonstrações Contábeis individuais da controladora também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade, exceto com relação a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, e conforme as IFRS seria custo ou valor justo. As Demonstrações Contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as Demonstrações Contábeis consolidadas.

**3.2 Consolidação**
**3.2.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas**

A Companhia efetua a consolidação de suas Demonstrações Contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

**3.2.2 Demonstrações Contábeis Individuais**

No balanço patrimonial individual, essas participações são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

**3.3 Estimativas Contábeis**

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da empresa incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

**3.4 Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis**

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

**3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa**

O caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, que podem ser conversíveis em um montante conhecido de caixa.

**3.6 Clientes**

As contas a receber de clientes estão demonstradas pelo seu valor líquido de realização, inclusive no que tange aos créditos incobráveis que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício como perdas. A Administração da Companhia considera que os prazos concedidos na liquidação das contas a receber são inerentes às condições comerciais normalmente encontradas no mercado de atuação, não havendo característica de atividade de financiamento.

**3.7 Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados e não superam os preços de mercado ou custo de reposição.

**3.8 Impostos a Recuperar**

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e retenções na fonte.

**3.9 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes**

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

**3.10 Investimentos**

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

**3.11 Imobilizado**

De acordo com a Deliberação CVM nº 583/09, a Companhia estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A Companhia deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação.

**3.12 Intangível**

Os valores relativos a desenvolvimento de projetos que são diretamente ligados a produção de nossos produtos e, softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644/10.

**3.13 Passivo Circulante e Não Circulante**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

A administração da empresa considera que os prazos concedidos na liquidação das contas a pagar são inerentes às condições comerciais normalmente encontradas no mercado de atuação, não havendo característica de atividade de financiamento.

**3.13.1 Empréstimos e Financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores capturados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

**3.13.2 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a companhia possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

**3.14 Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos**

Quando aplicável, os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente e os de curto prazo, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia efetuou os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo ou passivo em consonância com Deliberação CVM nº 564/08.

**3.15 Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes**

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedeu à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de Ativos e Passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

**3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido**

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

**3.17 Apuração do Resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação de receitas, custos e/ou despesas correspondentes.

**3.18 Reconhecimento das Receitas de Vendas**

A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, sendo que é reconhecida: (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

**3.19 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis**

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela

Administração da companhia, são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, "Impairment" e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

**3.20 Demonstração do Valor Adicionado - DVA**

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 da Comissão de Valores Mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

**NOTA 04 - CLIENTES**

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Clientes Nacionais .....	1.898	6.819	3.931	8.295
Clientes no Exterior .....	-	7	-	7
(-) Prov. Créditos Liquidação Duvidosa .....	(1.031)	(1.031)	(2.499)	(2.499)
Duplicatas Descontadas .....	-	(46)	-	(46)
<b>Total Líquido a Receber</b> .....	<b>867</b>	<b>5.749</b>	<b>1.432</b>	<b>5.757</b>

**NOTA 05 - ESTOQUES**

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Produtos Prontos .....	714	1.894	834	1.894
Produtos em Processo .....	6.543	9.655	6.543	9.655
Matéria-Prima .....	3.124	5.648	3.124	5.648
Materiais Diversos .....	3.003	656	3.488	1.268
<b>Total Líquido a Receber</b> .....	<b>13.384</b>	<b>17.853</b>	<b>13.989</b>	<b>18.465</b>

**NOTA 06 - IMPOSTOS A RECUPERAR**

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
IR e CSLL Diferido .....	-	12.579	-	12.579
PIS Processo a Recuperar .....	-	3.128	-	3.128
IPI Processo a Recuperar .....	-	1.726	-	1.658
IPI a Compensar .....	257	-	257	-
IR a Recuperar .....	280	-	469	-
ICMS a Recuperar .....	315	-	315	-
Pis a Recuperar .....	20	-	35	-
Cofins a Recuperar .....	117	-	219	-
IRPJ a Recuperar .....	20	-	20	-
CSLL a Recuperar .....	-	-	-	-
Outros Imp.a Recuperar .....	76	999	92	1.353
<b>Total</b> .....	<b>1.085</b>	<b>17.493</b>	<b>2.453</b>	<b>17.358</b>

**IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

Conforme determina a Deliberação 599/09 da CVM a Companhia reconheceu créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social diferidos, calculados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, provisões temporariamente não dedutíveis e valores temporariamente não tributáveis.

A seguir apresentamos a movimentação dos tributos diferidos oriundos do saldo de prejuízo fiscal e base negativa:

Descrição	31/12/2011		31/12/2010	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Prejuízo Fiscal .....	-	12.579	-	12.579
IRPJ Diferido .....	-	3.128	-	3.128
Base Negativa de CSLL .....	-	1.726	-	1.658
IPI a Compensar .....	257	-	257	-
IR a Recuperar .....	280	-	469	-
ICMS a Recuperar .....	315	-	315	-
Pis a Recuperar .....	20	-	35	-
Cofins a Recuperar .....	117	-	219	-
IRPJ a Recuperar .....	20	-	20	-
CSLL a Recuperar .....	-	-	-	-
Outros Imp.a Recuperar .....	76	999	92	1.353
<b>Total</b> .....	<b>1.085</b>	<b>17.493</b>	<b>2.453</b>	<b>17.358</b>

A seguir apresentamos a movimentação dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias:

Descrição	31/12/2011		31/12/2010	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Diferenças Temporárias .....	-	-	-	-
IRPJ Diferido .....	10.718	-	10.718	-
CSLL Diferida .....	2.680	-	2.680	-
<b>Total</b> .....	<b>13.403</b>	<b>-</b>	<b>13.403</b>	<b>-</b>

A seguir apresentamos o resumo geral dos tributos diferidos:

Descrição	31/12/2011		31/12/2010	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
IRPJ diferido .....	9.434	-	9.434	-
CSLL diferida .....	3.145	-	3.145	-
<b>Total</b> .....	<b>12.579</b>	<b>-</b>	<b>12.579</b>	<b>-</b>

O registro contábil efetuado está lastreado na projeção de resultados tributáveis futuros, os quais estão fundamentados em estudo técnico aprovado pelo Conselho de Administração. Este foi objeto no ano de 2006 para a aprovação pelos credores do Plano de Recuperação Judicial solicitado pela empresa em 25 de janeiro de 2006 e aprovado em assembleia de credores em 13 de dezembro de 2006. Tal Plano, detalhadamente, encontra-se disponível no site da Comissão de Valores Mobiliários, BMF & Bovespa e no próprio site da Recrusul, e primariamente prevê incremento das quantidades faturadas, incremento da produtividade fabril através da melhoria dos processos produtivos e redução dos custos fixos.

O item de número 4 do referido Plano trata do Orçamento de Produção/Vendas na qual apresenta a metodologia e as projeções aprovadas para crescimento operacional e consequente geração de resultados positivos para os próximos anos.

Nestas demonstrações fica evidenciada a capacidade da Companhia em gerar lucros e excedentes financeiros suficientes para fazer frente aos pagamentos decorrentes da atividade operacional e do Plano de Recuperação. Os créditos tributários previstos têm a seguinte expectativa de realização:

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
Valores-R\$ Mil .....	907	989	1.026	1.117	1.229	1.352	1.487	8.107

**PIS A RECUPERAR**

Processo de crédito de PIS reconhecido judicialmente, no qual, foi deferida a compensação com outros tributos federais. Em execução de sentença contra a Fazenda Pública, a mesma reconheceu que o interessado, Recrusul, faz jus ao crédito pleiteado e anui aos cálculos dos valores apresentados.

**IPI PROCESSO**

Processo administrativo tributário 11065.002534/2002-11 e 11065.002534/2002-11 e 11065.002534/2002-11 em decorrência de classificação fiscal do produto carrossier, no qual pleiteamos a restituição de IPI e/ou compensação.

**IPI A COMPENSAR**

Crédito em decorrência das alíquotas de IPI das operações normais da empresa. Este crédito foi 60% compensado com outros tributos federais no mês de Janeiro de 2011 através da apresentação de percomp.

**NOTA 07 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS**

Descrição	Refrisa S/A		Recrusul		31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
	Ativo Circulante					

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Custo de Produção	426	198	426	198
Despesas Administrativas	124	288	124	288
Despesas com Vendas	2	2	2	2
<b>Total</b>	<b>552</b>	<b>488</b>	<b>552</b>	<b>488</b>

**NOTA 10 – FORNECEDORES**

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Fornecedores	5.963	5.535	6.550	5.561
(-) AVP - Fornecedores	(53)	(67)	(53)	(67)
<b>Total</b>	<b>5.910</b>	<b>5.468</b>	<b>6.497</b>	<b>5.494</b>

Conforme a Deliberação CVM nº 564/08, a Companhia efetuou a aplicação da mudança de prática contábil em sua conta de fornecedores, arbitrando taxas médias de CDI + 0, 5% a.m. relativas às compras efetuadas no período que contenham juros implícitos em sua negociação.  
 A taxa mensal arbitrada calculada, foi de 1,28% a.m. aplicada sob as movimentações ocorridas do período, e resultando um saldo de AVP de fornecedores de R\$ 53 mil.

**NOTA 11 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		Taxa a.m.%
	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	
Antecipação Recebíveis Finance	330	7.515	330	7.515	a)
Empréstimos Bancários	7.255	1.128	7.255	1.128	b)
Fomento Mercantil	995	471	995	471	3,00%
<b>TOTAL</b>	<b>8.580</b>	<b>9.114</b>	<b>8.580</b>	<b>9.114</b>	
<b>Total Circulante</b>	<b>7.565</b>	<b>8.656</b>	<b>7.565</b>	<b>8.656</b>	
<b>Total Não Circulante</b>	<b>1.015</b>	<b>458</b>	<b>1.015</b>	<b>458</b>	

a) A taxa média é de CDI + 0,8% a.m.  
 b) A taxa média é de CDI + 0,8% a.m.  
 Os recursos para capital de giro referem-se à antecipação de recebíveis da modalidade de FINAME, descontos de duplicatas e fomento mercantil para aquisição de matérias-primas voltadas à produção.  
 Os empréstimos registrados no Não Circulante no valor de R\$ 1.015 mil possuem prazo de vencimento para até fevereiro de 2015 e as garantias incluem aval e bens móveis.

**NOTA 12 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
IRRF a Recolher	549	530	909	835
IPI a Recolher	-	194	-	194
IOF a Recolher	118	190	188	734
PIS a Recolher	-	227	-	227
COFINS a Recolher	1.960	1.962	1.960	1.962
IRPJ a Recolher	-	-	1	24
FGTS a Recolher	607	649	1.167	1.162
INSS a Recolher	7.435	3.343	7.825	4.132
Contribuição Sindical a Recolher	39	19	101	-
ICMS a Recolher	6.348	233	8.858	233
IPTU a Recolher	1.066	844	1.072	844
ISS a Recolher	426	377	428	385
Provisões Tributárias	153	-	176	-
<b>TOTAL IMPOSTOS</b>	<b>18.701</b>	<b>8.568</b>	<b>22.685</b>	<b>10.732</b>
Obrigações Fiscais Federais	10.861	7.114	12.327	9.270
Obrigações Fiscais Estaduais	6.348	233	8.858	233
Obrigações Fiscais Municipais	1.492	1.221	1.500	1.229
<b>TOTAL IMPOSTOS</b>	<b>18.701</b>	<b>8.568</b>	<b>22.685</b>	<b>10.732</b>

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
FGTS a Recolher	1.585	938	1.585	938
INSS a Recolher	1.010	1.029	1.010	1.029
Outros Impostos a Recolher	-	9	-	9
<b>TOTAL IMPOSTOS</b>	<b>2.595</b>	<b>1.967</b>	<b>2.604</b>	<b>1.967</b>

O débito de INSS (Curto Prazo e Longo Prazo), foi oriundo de parcelamento ordinário junto ao INSS e refere-se a débitos trabalhistas que serão pagos em 60 meses, cuja primeira parcela foi liquidada em julho de 2010 e a última parcela vencível em junho de 2015.

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Ajustar RS	-	423	-	423
Refrisa RJ	-	-	4	131
Refrisa PPI SP	-	-	-	78
<b>TOTAL ICMS Circulante</b>	<b>-</b>	<b>423</b>	<b>4</b>	<b>632</b>
Ajustar RS	-	3.805	-	3.805
Refrisa RJ	-	-	9	423
Refrisa PPI SP	-	-	-	597
<b>TOTAL ICMS Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>3.805</b>	<b>9</b>	<b>4.825</b>
<b>TOTAL ICMS</b>	<b>-</b>	<b>4.228</b>	<b>13</b>	<b>5.457</b>

A controlada Refrisa S/A no ano de 2010 requereu parcelamento de ICMS com base na Lei 5.647 de 2010 do Estado do Rio de Janeiro em 60 parcelas mensais cujo montante total da dívida original era de R\$ 563 mil.  
**c) Provisão para IR e CS sobre Adoção das IFRS**  
 Refere-se à provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social gerada pela Adoção do Pronunciamento Técnico CPC nº 27 sobre a avaliação de ativos, que se constituirá como passivo oneroso para Companhia, caso seja alienado futuramente. Este passivo sofrerá redução proporcionalmente quando da realização da depreciação dos itens avaliados.

**NOTA 13 – CREDORES PLANO DE RECUPERAÇÃO (Circulante e Não Circulante)**  
 O Plano de Recuperação Judicial da Recrusul S.A. (processo nº 0351/1.06.0000410-0) foi deferido em 25 de janeiro de 2006 e, em 13 de dezembro de 2006, foi homologado pelo Juiz, após sua apreciação pela Assembleia-Geral de Credores, prevendo prazo de nove anos para pagamento dos passivos bancários e quirográficos, com juros de 6% a.a. Os débitos trabalhistas foram parcelados para pagamento em dois anos, também com juros de 6% a.a. sem correção monetária. Além da controladora, as controladas Refrisa S/A e Refrifa S/A também aderiram à Recuperação Judicial.

Os valores originais dos débitos na data da solicitação da Recuperação Judicial, conforme Quadro Oficial dos Credores está descrito a seguir:

Descrição	Recrusul		Refrisa		Total
	Recrusul	Refrisa	Refrifa	Total	
Trabalhistas	9.946	761	54	10.761	
Inst. Financeiras	8.971	-	-	8.971	
Quirográficos	9.846	803	1.568	12.217	
<b>TOTAL</b>	<b>28.763</b>	<b>1.564</b>	<b>1.622</b>	<b>31.949</b>	

O Plano originalmente aprovado previa para os débitos trabalhistas pagamento total em dois anos. Entretanto, devido à frágil situação econômica e financeira da empresa durante o ano de 2007, foi proposta a alteração do prazo de dois anos para uma nova modalidade de pagamento: antecipação de R\$ 800 mil, oriunda de leilão judicial de um imóvel da empresa, acrescida de pagamentos trimestrais de 1,5% do faturamento bruto mensal da empresa, a partir de janeiro de 2008.

Esta alteração do Plano foi submetida à Assembleia-Geral de Credores ocorrida em 11 de fevereiro de 2008, cujo resultado ficou sobrestado até o início do mês de abril de 2008. Tendo em vista a necessidade de disponibilizar aos credores a ampla defesa e o contraditório, a alteração do Plano de Recuperação somente foi homologada em 01 de setembro de 2008 pelo Exmo. Juiz da 1ª Vara Cível de Sapucaia do Sul – RS.

Em 20 de outubro de 2008, em nova AGC – Assembleia-Geral de Credores – foram aprovadas, acatadas e confirmadas, por 100% (unanimidade) dos credores presentes à AGC, todas as propostas da Administração da Recrusul S/A. Dentre as mais relevantes citamos as seguintes:

- A antecipação de R\$ 900 mil para os Credores Trabalhistas, mantendo os pagamentos mensais de 1,5% do faturamento;
- O pagamento integral dos créditos até R\$ 1 mil, atualizados, juntamente com a parcela de 13/12/2008;
- A faculdade outorgada aos titulares de créditos superiores a R\$ 1 mil e até o limite de R\$ 10 mil de poderem extinguir o mediante o pagamento de 50% do valor habilitado no Plano Original;
- A plena concordância, no que diz respeito aos créditos Classe II e III, em especial a parcela de 13/12/2007, a qual ficará diluída e escalonada para pagamento nos oito anos subsequentes, a partir da parcela de 13/12/2008, cujo desembolso por parte da RECRUSUL já se encontra devidamente confirmado e sancionado;
- A ratificação da incidência de juros no percentual de 6% ao ano sobre o valor do crédito original e, além disso, sem correção monetária;
- A inserção no Plano, como meios de Recuperação, além dos já previstos, os instrumentos de Alteração do Controle Societário (art. 50, III, da Lei 11.101/2005) e Aumento de Capital Social (art. 50, VI, da Lei 11.101/2005).

Descrição	Posição dos Saldos da Recuperação – CONTROLADORA		
	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	
	Circulante	Não Circulante	Total
Trabalhistas	563	5.995	6.558
Inst. Financeiras	1.108	2.974	4.082
Quirográficos	3.533	6.341	9.874
(-) Ajuste Vir. Presente	-	(1.098)	(1.098)
<b>TOTAL</b>	<b>5.204</b>	<b>14.213</b>	<b>19.417</b>

Descrição	Posição dos Saldos da Recuperação – CONSOLIDADO		
	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	
	Circulante	Não Circulante	Total
Trabalhistas	749	6.370	7.119
Inst. Financeiras	1.108	2.974	4.082
Quirográficos	4.069	7.475	11.544
(-) Ajuste Vir. Presente	-	(1.272)	(1.272)
<b>TOTAL</b>	<b>5.926</b>	<b>15.548</b>	<b>21.474</b>

Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 26 de dezembro de 2008, o Exmo. Sr. Juiz da Comarca de Sapucaia do Sul no dia 22 de dezembro de 2008 proferiu sentença de encerramento da Recuperação Judicial da Recrusul, salientando em relatório sumário, que foram cumpridos todos os requisitos legais essenciais ao processamento da recuperação, bem como cumpridas as obrigações constantes do plano aprovado em assembleia-geral.

A íntegra da sentença encontra-se disponível em nossa página na internet, bem como na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e BMF & Bovespa.

Os compromissos do Plano de Recuperação Judicial (Quirográficos e Instituições Financeiras) que totalizam em 31 de dezembro de 2011 R\$ 13.957 na controladora, deverão ser pagos em cinco parcelas vencíveis em dezembro de cada ano com juros de 6% a.a. sem correção monetária.

**NOTA 14 - PARCELAMENTO LEI 11.941**

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
1 - Passivos Tributários Objeto da Lei 11.941	37.177	36.936	32.285	83.050
2 - Reduções Previstas na Lei 11.941 (180 meses)	(6.769)	(9.849)	(24.129)	(20.731)
3 - Total da Dívida com Redução (1-2)	28.383	27.089	58.156	62.319
4 - Multas e juros de possibilidade de pagamento com utilização do prejuízo fiscal	(9.477)	(10.842)	(15.093)	(18.268)
Atualização Selic pós Consolidação	1.785	-	4.270	-
Parcelamentos Lei 11.941/09	(424)	(23)	(736)	(24)
5 - Valor da dívida a parcelar após a utilização do prejuízo fiscal (3-4)	20.222	16.224	46.597	44.027
Valor da Dívida CIRCULANTE	2.898	1.783	5.312	3.910
Valor da Dívida NÃO CIRCULANTE	17.324	14.441	41.285	40.117

Valor Prestação mensal (180 meses)..... 194 90 359 255  
 Em 13 de novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Especial, com base na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 06/2009 e conjuntamente requereu em caráter definitivo a sua exclusão do Parcelamento Excepcional – PAEX, e formalizou a opção pelo parcelamento em 180 meses destes e de demais débitos tributários federais anteriores a novembro de 2008.

A migração do PAEX e de outros débitos federais para o parcelamento da Lei 11.941/09 e MP 470/09 representaram uma redução do saldo da mencionada dívida em aproximadamente R\$ 20,6 milhões, alongamento do prazo de exigibilidade dos referidos débitos, e a possibilidade de utilização dos créditos decorrentes de prejuízo fiscal para abatimento de principal, multa e juros na ordem de R\$ 21,5 milhões. Como consequência da adesão da Companhia à Lei 11.941/09 da Receita Federal do Brasil, a Companhia pretende liquidar valores correspondentes a multas de mora e de ofício e a juros moratórios com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social. O Parcelamento Especial da Lei 11.941/09 é acrescido de juros correspondentes à variação mensal da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. Os débitos apresentados antes da consolidação foram pagos através das parcelas mínimas desde novembro de 2009. Em maio de 2011, ocorreu a consolidação de débitos oriundos de crédito indevido de IPI, no qual a partir deste momento começamos a pagar um valor mensal de R\$ 19.102,66. Já a etapa de consolidação dos demais débitos ocorreu em julho de 2011, no qual passamos a pagar o montante de R\$ 190.121,94.

Com a consolidação do Parcelamento da Lei 11.941/09, houve o cálculo definitivo do valor das parcelas e o encurtamento do prazo nos débitos referentes a saldo de parcelamentos do PAES e PAEX. O saldo atualizado e já consolidado do parcelamento da Lei 11.941/09 em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 20.222 milhões. Quanto aos débitos aderidos a MP 470/09, os mesmos estão em andamento, e a dívida declarada foi contabilizada e classificada assumindo os prazos de liquidação estabelecidos no programa, na expectativa de uma adequada conciliação e resolução. A Companhia vem liquidando regularmente todos os programas de parcelamentos e recolhimentos mensais referente à Lei 11.941 e MP 470. As demais contribuições e encargos tributários apurados e recolhidos ou a recolher pela Companhia, bem como as respectivas declarações de tributos, os registros contábeis, fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável.

**NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**15.1 Capital social e Direito das Ações**  
 O capital social autorizado, conforme Estatuto Social é de R\$ 60.000. Em 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 45.139 mil, representado por 22.970 mil ações ordinárias e 40.941 mil ações preferenciais, totalizando 63.911 mil ações. As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo-lhes assegurados os seguintes direitos e vantagens: (a) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da sociedade; (b) prioridade na distribuição de dividendos, superiores, no mínimo, 10% (dez por cento) aos que forem atribuídos às ações ordinárias; e, (c) participação integral nos resultados da sociedade em igualdade de condições com as ações ordinárias, abrangendo os lucros remanescentes, bem como a distribuição de novas ações decorrentes de aumentos de capital realizados mediante a reavaliação do ativo e ou a incorporação das reservas permitidas em lei; (d) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle (tag along), pelo valor equivalente a, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do preço pago por ação integrante do bloco de controle, na hipótese de alienação de controle da Sociedade; e (e) direito de participar com as ações ordinárias do dividendo a ser distribuído correspondente a, pelo menos, 33% (trinta e três por cento) do lucro líquido de cada exercício, conforme Lei de Sociedades por Ações.

**NOTA 16 - CONTRATOS DE SEGUROS**

A Companhia tem por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. Os valores segurados são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. As principais coberturas são as seguintes:

Descrição	Risco Coberto	Valores Segurados	
		31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Prédios, estoques, máquinas	Incêndio, raio, explosão	22.400	22.400
Prédios, estoques, máquinas	Danos Elétricos.	300	380
Prédios, estoques, máquinas	Vendaval	1.000	1.000
Veículos	Acidentes Pessoais, Danos Materiais	230	260
Equipamentos Eletrônicos	Equipamentos Eletrônicos	200	200
<b>TOTAL</b>		<b>24.210</b>	<b>24.240</b>

Em 31 de dezembro de 2011, todos os ativos e responsabilidades de valores e riscos relevantes estão cobertos por seguro.

**NOTA 17 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS**

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e estão contabilizadas pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limita a: a) Risco de Crédito: É representado pela inadimplência no seu contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato de a maioria dos recebíveis serem oriundos de financiamento FINAME do BNDES; b) Risco de Preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados pela Companhia e dos insumos usados no processo produtivo, e essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia, para minimizar estes riscos, acompanha permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços; c) Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é irrelevante dada as reduzidas operações desta natureza; d) Risco de Taxas de Juros: Decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, a Companhia mantém acompanhamento permanente do mercado. A Companhia não atua no mercado de derivativos financeiros, bem como não possui instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em seu balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011.

**NOTA 18 - RECÉITAS E DESPESAS POR NATUREZA**

Tipo	Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Custo	Remuneração Direta	(1.651)	(6.104)	(1.651)	(6.104)
Custo	Matérias-primas e Materiais de Consumo	(4.329)	(15.329)	(4.329)	(15.329)
Custo	Gastos Gerais de Fabricação	(1.152)	(4.045)	(1.152)	(4.045)
Custo	Custos com Depreciação	(94)	(192)	(94)	(192)
	<b>Custo Total de Produção</b>	<b>(7.226)</b>	<b>(25.670)</b>	<b>(7.226)</b>	<b>(25.670)</b>
Despesa	Comissões	(412)	(1.012)	(412)	(1.012)
Despesa	Assistência Técnica	(100)	(337)	(100)	(337)
Despesa	Marketing, Viagens e Outras Despesas	(1.562)	(787)	(1.562)	(787)
	<b>Total das Despesas de Vendas</b>	<b>(2.074)</b>	<b>(2.136)</b>	<b>(2.074)</b>	<b>(2.136)</b>
Despesa	Remuneração Direta	(1.842)	(1.671)	(1.824)	(1.671)
Despesa	Remuneração dos Administradores	(928)	(1.079)	(928)	(1.103)
Despesa	Encargos de Depreciação/Amortização	(125)	(343)	(125)	(343)
Despesa	Despesas com Benefícios/FGTS	(94)	(825)	(94)	(825)
Despesa	Outras Despesas	(1.404)	(2.187)	(1.428)	(2.379)
	<b>Total das Despesas Administrativas</b>	<b>(4.393)</b>	<b>(6.105)</b>	<b>(4.399)</b>	<b>(6.321)</b>
Receita	Deságios Impostos de Intimação Lei 11.941	-	4.702	-	3.462
Receita	Ajustes de Estoque	-	35	-	35
Receita	Despesas Recuperadas	-	57	-	493
Receita	Indenizações Recebidas	-	129	-	129
Receita	Ganhos sobre Investimentos	-	967	-	967
Receita	Outras Receitas Operacionais	65	19	162	17
	<b>Total Outras Receitas Operacionais</b>	<b>65</b>	<b>5.909</b>	<b>3.624</b>	<b>8.055</b>
Despesa	Impostos				

**NOTA 24 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO****A empresa atua em duas áreas distintas:**

**a) Implementos Rodoviários:** Nossa linha de produtos abrange soluções customizadas na área de implementos rodoviários tais como: semirreboques frigoríficos, tanques para transporte de combustíveis, tanques auto-portantes para produtos químicos, petroquímicos e alimentícios em geral, silos para alimentos e indústria de cimento e construção, bem como outros implementos especiais projetados de acordo com a necessidade do cliente

**b) Refrigeração Industrial e Assistência Técnica:** Nossa linha de produtos abrange soluções customizadas em equipamentos industriais para refrigeração como evaporadores, condensadores, separadores e lúneis de congelamento para a indústria de alimentos.

**RECRUSUL S.A. - CONTROLADORA****DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR SEGMENTOS EM (em milhares de reais)**

	Implementos Rodoviários		Refrigeração Industrial + Assistência Técnica		Corporativo		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>12.709</b>	<b>44.108</b>	<b>1.843</b>	<b>2.958</b>	-	-	<b>14.552</b>	<b>47.066</b>
Impostos e Devoluções	(5.632)	(12.787)	(235)	(615)	-	-	(5.867)	(13.402)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>7.077</b>	<b>31.321</b>	<b>1.608</b>	<b>2.343</b>	-	-	<b>8.685</b>	<b>33.664</b>
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos	(5.888)	(24.492)	(1.338)	(1.178)	-	-	(7.226)	(25.670)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>1.189</b>	<b>6.829</b>	<b>270</b>	<b>1.165</b>	-	-	<b>1.459</b>	<b>7.994</b>
<b>DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS</b>	-	-	-	-	<b>(26.345)</b>	<b>(4.330)</b>	<b>(26.345)</b>	<b>(4.330)</b>
Despesas c/Vendas	-	-	-	-	(2.074)	(2.136)	(2.074)	(2.136)
Despesas Administrativas	-	-	-	-	(3.465)	(5.026)	(3.465)	(5.026)
Honorários dos Administradores	-	-	-	-	(928)	(1.079)	(928)	(1.079)
Outras Receitas Operacionais	-	-	-	-	65	5.909	65	5.909
Outras Despesas Operacionais	-	-	-	-	(19.580)	(1.966)	(19.580)	(1.966)
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	(363)	(32)	(363)	(32)
<b>RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>1.189</b>	<b>6.829</b>	<b>270</b>	<b>1.165</b>	<b>(26.345)</b>	<b>(4.330)</b>	<b>(24.886)</b>	<b>3.664</b>
Receitas Financeiras	-	-	-	-	306	304	306	304
Despesas Financeiras	-	-	-	-	(8.977)	(7.944)	(8.977)	(7.944)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	-	-	-	-	<b>(8.671)</b>	<b>(7.640)</b>	<b>(8.671)</b>	<b>(7.640)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>1.189</b>	<b>6.829</b>	<b>270</b>	<b>1.165</b>	<b>(35.016)</b>	<b>(11.970)</b>	<b>(33.557)</b>	<b>(3.976)</b>
Diferido	-	-	-	-	-	(1.394)	-	(1.394)
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.189</b>	<b>6.829</b>	<b>270</b>	<b>1.165</b>	<b>(35.016)</b>	<b>(13.364)</b>	<b>(33.557)</b>	<b>(5.370)</b>

**RECRUSUL S.A. - CONSOLIDADA****DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR SEGMENTOS EM (em milhares de reais)**

	Implementos Rodoviários		Refrigeração Industrial + Assistência Técnica		Corporativo		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>12.709</b>	<b>44.114</b>	<b>1.843</b>	<b>2.958</b>	-	-	<b>14.552</b>	<b>47.072</b>
Impostos e Devoluções	(5.632)	(12.789)	(235)	(615)	-	-	(5.867)	(13.404)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>7.077</b>	<b>31.325</b>	<b>1.608</b>	<b>2.343</b>	-	-	<b>8.685</b>	<b>33.668</b>
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos	(5.888)	(24.492)	(1.338)	(1.178)	-	-	(7.226)	(25.670)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>1.189</b>	<b>6.833</b>	<b>270</b>	<b>1.165</b>	-	-	<b>1.459</b>	<b>7.998</b>
<b>DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS</b>	-	-	-	-	<b>(22.967)</b>	<b>(4.348)</b>	<b>(22.967)</b>	<b>(4.348)</b>
Despesas c/Vendas	-	-	-	-	(2.074)	(2.136)	(2.074)	(2.136)
Despesas Administrativas	-	-	-	-	(3.471)	(5.218)	(3.471)	(5.218)
Honorários dos Administradores	-	-	-	-	(928)	(1.103)	(928)	(1.103)
Outras Receitas Operacionais	-	-	-	-	3.624	8.055	3.624	8.055
Outras Despesas Operacionais	-	-	-	-	(20.118)	(3.946)	(20.118)	(3.946)
<b>RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>1.189</b>	<b>6.833</b>	<b>270</b>	<b>1.165</b>	<b>(22.967)</b>	<b>(4.348)</b>	<b>(22.967)</b>	<b>3.650</b>
Receitas Financeiras	-	-	-	-	365	1.772	365	1.772
Despesas Financeiras	-	-	-	-	(12.105)	(10.522)	(12.105)	(10.522)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	-	-	-	-	<b>(11.740)</b>	<b>(8.750)</b>	<b>(11.740)</b>	<b>(8.750)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>1.189</b>	<b>6.833</b>	<b>270</b>	<b>1.165</b>	<b>(34.707)</b>	<b>(13.098)</b>	<b>(33.248)</b>	<b>(5.100)</b>
Diferido	-	-	-	-	-	(1.394)	-	(1.394)
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.189</b>	<b>6.833</b>	<b>270</b>	<b>1.165</b>	<b>(34.707)</b>	<b>(14.492)</b>	<b>(33.248)</b>	<b>(6.494)</b>
Participação dos Acionistas Não Controladores	-	-	-	-	-	-	(6)	(2)
Participação dos Acionistas Controladores	-	-	-	-	-	-	(33.242)	(6.492)
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.189</b>	<b>6.833</b>	<b>270</b>	<b>1.165</b>	<b>(34.707)</b>	<b>(14.492)</b>	<b>(33.248)</b>	<b>(6.494)</b>

**NOTA 25 - CONTINGÊNCIAS**

A Companhia é parte em processos judiciais que na avaliação dos Consultores Jurídicos, baseada em experiências com naturezas semelhantes, apresentam riscos possíveis de perda em 31 de dezembro 2011 no montante de R\$ 9.391 (R\$ 9.391 em 31 de dezembro de 2010), composto da seguinte forma: i) Processos Cíveis: R\$ 55; e ii) Processos Tributários: R\$ 9.336.

O valor referente aos processos tributários teve sentença favorável à Companhia e em 09 de março de 2011 foi certificado o trânsito em julgado da demanda e remessa dos autos à vara de origem e, assim que for recebido, será protocolada manifestação em nome da Companhia requerendo intimação do ente fazendário para que, em prazo não superior a quinze dias, proceda à desconstituição dos créditos discutidos, comprovando-a nos autos.

**NOTA 26 – EVENTO SUBSEQUENTE**

Através da Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de fevereiro de 2012, foi aprovado novo aumento de Capital Social. O valor do aumento foi de R\$ 14.861.412,72 (Quatorze milhões, oitocentos e sessenta e um mil, quatrocentos e doze reais e setenta e dois centavos), com a emissão de 12.157.755 ações ordinárias ao preço de R\$ 0,56 e de 28.760.960 ações preferenciais ao preço de R\$ 0,28, dentro do limite do capital autorizado, em conformidade com o artigo 6º do Estatuto Social da Companhia e nos termos do artigo 168 da Lei 6.404/76, passando o capital social desse modo, de R\$ 45.138.587,20, (Quarenta e cinco milhões, cento e trinta e oito mil, quinhentos e oitenta e sete reais e vinte centavos) para R\$ 59.999.999,92 (Cinquenta e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos)

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Ricardo Mottin Jr - Presidente      Bernardo Flores - Conselheiro      Rasso Cauby Lamprecht - Conselheiro

**DIRETORIA**

Ricardo Mottin Jr - Diretor Presidente      Bernardo Flores - Diretor e Diretor de Relações com os Investidores  
Fabiana Bolgenhagen - Controladora CRC-RS 072807 - CPF 674.213.770-34

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

A Diretoria da Companhia, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009 declara que: 1 – reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores elaborado pela DRS Auditores; 2 – reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, auditadas pela DRS Auditores. Sapucaia do Sul, 23 de Março de 2012. Recrusul S/A - A Diretoria

**Aos****Diretores e Acionistas da****RECRUSUL S/A****Sapucaia do Sul - RS**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da RECRUSUL S/A, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

**Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

O livro Registro de Inventário apresenta uma divergência a menor de R\$ 1.663 mil, em relação aos registros contábeis. A Companhia já iniciou procedimentos no que se refere a pormenorização dos itens que compõem a citada divergência para exata mensuração e adequação de seu relatório auxiliar e/ou de seus registros contábeis. Assim sendo, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31/12/2011 não incluem quaisquer ajustes que porventura poderiam ser necessários nos grupos de Estoques (Ativo) e Custo dos Produtos e Serviços Vendidos e Despesas/Receitas Operacionais (Resultado do Exercício) das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2011.

Na mensuração da Receita Bruta de Vendas e Serviços, a Companhia não atendeu aos preceitos contidos na Deliberação CVM nº 597/2009 que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 30, que trata das Receitas, uma vez que possui registrado em seu resultado o montante de R\$ 1.386 mil, referente a vendas faturadas, mas não entregue até aquela data. Em decorrência deste procedimento, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de 31/12/2011 o Grupo de Receita Bruta de Vendas e Serviços (Resultado do Exercício) e o grupo de Clientes (Ativo) estão a maior por este valor, por conseguinte os grupos de Impostos e Devoluções e Custo dos Produtos e Serviços Vendidos (Resultado do Exercício) estão a maior em R\$ 277 mil e R\$ 665 mil, respectivamente e o Grupo de Estoque (Ativo) está a menor em R\$ 665 mil, sendo que a efetiva produção e entrega dos respectivos bens ocorreu durante o primeiro trimestre de 2012.

**Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais**

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RECRUSUL S/A em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis consolidadas**

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da RECRUSUL S/A em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfase**

Conforme descrito na nota explicativa 3.1.2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Recrusul S/A, essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Em 2009, a controladora optou em incluir parte do passivo tributário no parcelamento previsto na Medida Provisória 470/2009, convertida na Lei nº 12.249/09, sendo que a mensuração dos valores definitivos incluídos na nova modalidade de parcelamento encontra-se pendente de realização por parte dos órgãos fiscalizadores. Assim sendo, as demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da mensuração definitiva do referido débito fiscal.

As demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 denominadas de "Controladora" e "Consolidado" foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Recrusul S/A e suas controladas, que tem apresentado prejuízos operacionais e deficiências de capital de giro. A continuidade das operações da Controladora e Controladas dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos e geração de caixa, bem como do sucesso dos planos implementados pela administração em gerar recursos suficientes para o equacionamento do Passivo Exigível e o fiel cumprimento das obrigações assumidas com o parcelamento de tributos e o Plano de Recuperação Judicial ajustado com os credores. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes para a realização dos ativos ou cumprimento de obrigações adicionais que poderiam ser requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando.

**Outros assuntos****Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Porto Alegre (RS), 27 de março de 2012.

**DRS Auditores****CRC-RS nº 4.230**

**Roberto José Fidryszewski**

**CRC/RS 36.593 - Sócio Responsável**

**Marcos Antônio Costa de Almeida**

**CRC/RS 68.539 - Sócio**